

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

## **Parte I – a justiça de transição e o julgamento dos crimes do passado**

<b>1 sentido e fundamento da justiça de transição .....</b>	<b>9</b>
---	----------

1.1 Histórico e desenvolvimento da área da justiça de transição .....	9
---	---

1.2 A justiça de transição e seus mecanismos de aplicação: uma justiça para as vítimas .....	21
--	----

1.3 Direitos à memória e à verdade: “escovar a história a contrapelo” e promover justiça para os vencidos .....	31
---	----

1.3.1. Comissões da Verdade e seu papel na desconstrução das verdades oficiais.....	45
---	----

<b>2 A responsabilização penal pelas violações de direitos humanos do passado .....</b>	<b>57</b>
---	-----------

2.1. Modelos jurídico-penais aplicados às violações de direitos humanos praticadas no passado .....	57
---	----

2.2. Crimes contra a humanidade: a criminalização da tortura e dos desaparecimentos forçados no direito internacional dos direitos humanos .....	64
--	----

2.3. Anistias penais em democracias.....	73
--	----

2.3.1. Anistias para violações de direitos humanos .....	78
--	----

2.4. O desafio de punir os crimes do passado: aplicação das justiças retributiva e restaurativa aos crimes contra a humanidade .....	88
--	----

2.4.1 Aplicação da justiça penal retributiva .....	90
2.4.2 Aplicação da justiça penal restaurativa .....	99
2.4.3 A justiça de transição penal .....	105

## **Parte II – Estudos dos casos brasileiro e argentino**

<b>3 As transições democráticas no Brasil e na Argentina .....</b>	<b>115</b>
3.1 Considerações sobre democracia e ditaduras .....	115
3.2 Transições democráticas na América Latina: os casos brasileiro e argentino.....	123
3.3 Anistias no Brasil e na Argentina.....	137
3.4 Entendendo os casos brasileiro e argentino: o controle de convencionalidade e a invalidação das leis de anistia .....	143
<b>4 Justiça de transição no Brasil.....</b>	<b>153</b>
4.1 Medidas reparatórias, de busca pela verdade e pela preservação da memória no país .....	154
4.2. A busca pela justiça: o julgamento do STF e a decisão pela constitucionalidade e validade da lei de anistia.....	164
4.2.1 A responsabilização pelos crimes permanentes: a situação dos desaparecidos políticos .....	180
4.2.2 A anistia diante das garantias constitucionais.....	186
4.3 A Condenação do Estado brasileiro na Corte IDH: O conflito entre as jurisdições.....	191
<b>5 Justiça de transição na Argentina .....</b>	<b>197</b>
5.1 Primeira fase da justiça de transição: da transição democrática, de 1983, aos julgamentos das juntas militares, em 1985.....	199

5.2 Segunda fase da justiça de transição: as novas tentativas de anistia, na década de 80, até suas invalidações definitivas, em 2001.....	203
5.3 Terceira fase da justiça de transição: de 2003 até os dias atuais - o retorno aos processos criminais e as iniciativas de memória.....	208

### **Parte III – A justiça de transição e o olhar para o futuro**

#### **6 Anistias no Brasil e na Argentina: é preciso punir os crimes do passado? ..... 219**

6.1 As anistias devem subsistir em Estados democráticos? ..... 220

6.2 É preciso punir os crimes das ditaduras? ..... 224

6.2.1 A justiça restaurativa na justiça de transição: verdade versus punição?..... 227

6.2.2 A perspectiva retributiva da justiça de transição: responsabilização e justiça para as vítimas ..... 230

6.2.3 A perspectiva híbrida ou “transformativa” da justiça de transição: um modelo abrangente de justiça para as vítimas .....241

#### **7. Construir democracias com respeito aos direitos humanos e culturas de paz ..... 245**

7.1 A relação entre a não punição e não ruptura com o passado e a criação de uma cultura em direitos humanos no Brasil ..... 245

7.1.1 Impunidade e violência..... 246

7.1.2 Desrespeito aos direitos humanos e déficit democrático ..... 254

7.2 O olhar para o passado e a criação de uma cultura em direitos humanos na atual democracia argentina ..... 263

7.3 Democracias no Brasil e na Argentina: consenso democrático e não repetição do passado .....	268
7.4 Caminhos para uma justiça de transição no Brasil .....	280
<b>Conclusões.....</b>	<b>287</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>295</b>
<b>Referências de sítios eletrônicos .....</b>	<b>321</b>
<b>Jurisprudência consultada .....</b>	<b>335</b>